INTERFACES DA GESTÃO ESCOLAR REVELADAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE TANQUINHO

Maciela Mikaelly Carneiro de Araújo¹; Solange Mary Moreira Santos²

1. Bolsista: PROBIC/UEFS, Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: mikaellycarneiro@hotmail.com
2. Orientadora: Departamento de Educação Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: solangemmsantos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Documentos Oficiais. Políticas Públicas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX muitos conceitos vêm sendo construídos, entre eles a definição de gestão escolar que, por sua vez, não se encerra no espaço da escola, mas tem ganhado o campo das políticas educacionais que, segundo Silva e Jacomini (2016), ainda é um campo em construção e transversal a diversos campos de conhecimento e da ciência em nosso país. Para que os estudos em políticas educacionais se consolidem torna-se necessário rigor epistemológico e metodológico, o que conota a responsabilidade e a seriedade com o trabalho de pesquisa e produção de conhecimento sobre a gestão escolar.

Considerando que todo campo de conhecimento não é estático nem neutro, os estudos sobre gestão escolar e suas interfaces, reveladas nos documentos oficiais locais, pretendem analisar este tipo de gestão como uma política pública, a qual, segundo Oliveira (2010, p. 93), “do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território”. Esta concepção, assim, revela um modelo de gestão pautado no princípio democrático. Segundo Cury (2007, p. 493), “[...] a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira [...]”.

A gestão escolar se destaca como uma política pública educacional, em que estão presentes conjuntos de intenções, de objetivos e de decisões. Nesse sentido, a forma como a educação escolar é concebida reflete suas características político-pedagógicas, pois desde que a gestão foi instituída

demanda um estabelecimento de regras próprias e da relação entre textos e contextos.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Esta pesquisa, em seu desenvolvimento, utilizou a abordagem qualitativa que, de acordo com Ludke; André (2008, p.13) é aquela que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Portanto, para este trabalho, o enfoque abrange a descrição da complexidade de determinado problema, bem como a análise da interação de determinadas variáveis.

A opção metodológica utilizada foi a pesquisa documental. Oliveira (2007) afirma que, diferentemente da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental busca informações em documentos, que são considerados primários, ou seja, que não receberam nenhum tratamento científico. A pesquisa documental realizada parte da análise de documentos oficiais sobre gestão escolar no município de Tanquinho, que integra o Território de Identidade do Portal do Sertão. Consideram-se aqui documentos oficiais aqueles que foram produzidos pelos poderes legislativos e executivos do município investigado, no período de 1990 a 2015.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Em Tanquinho se observa, nos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, que ainda não existe legislação municipal específica para a gestão escolar. De acordo com o período delimitado nesta pesquisa, de 1990 a 2015, evidenciamos na Lei nº 199 de 1995, em substituição à Lei nº 142 de 1987, que o Estatuto do Magistério Público do Município de Tanquinho demonstra a forma de provimento para o cargo de diretor de escola por indicação política.

Em seguida, a Lei nº 219 de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, tem a função de fiscalizar e acompanhar a aplicação de recursos da educação no município. No mesmo ano é sancionada

a Lei nº 220, que trata do Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público do Município de Tanquinho. Observa-se que, mais uma vez, os documentos não tratam da gestão escolar.

Em 2015 é definido o Plano Municipal de Educação – PME (2015-2025), e, pela primeira vez, aparece a gestão escolar, definida no documento como gestão democrática do ensino público. O PME de Tanquinho faz referência à legislação nacional, e defende uma gestão participativa e colaborativa. “Com referência às escolas, podemos dizer que são valorizadas as ações articuladas com um trabalho em equipe e respeitando o direito de ir e vir de cada membro que as compõem” (TANQUINHO, 2015, p. 61).

O referido documento reconhece a necessidade de fortalecimento dos grêmios estudantis e associações de pais e mestres. Também reconhece que “[...] é preciso abrir seleção para ocupação de cargos para esta função [...]” (TANQUINHO, 2015, p. 65). Assim, diante dos desafios de implantação da gestão democrática, o PME descreve que ainda se busca uma participação mais ativa da comunidade escolar em entidades como associações e conselhos e retrata a necessidade de formação para a participação e de mecanismos para propiciar a autonomia de decisão nas escolas.

Ao final, o PME, na Meta 19, tem a proposta de garantir a efetivação da gestão democrática. É possível evidenciar entre as metas uma busca para garantir uma gestão escolar democrática, a partir da construção de espaços participativos na escola, com a proposta de assegurar sua autonomia. Também fica clara a tentativa de buscar novas formas de provimento para o cargo de direção escolar, através de concurso público, por exemplo.

Fica evidente que a gestão democrática é a forma mais concreta de autonomia de decisão e participação na deliberação pública. Por isso, torna-se necessário construir mecanismos de participação popular nas decisões da escola. Sob a ótica de Cury (2007), a gestão escolar expressa os anseios do crescimento dos indivíduos na sociedade democrática. Entendemos que esse modelo de gestão está amparado na emancipação humana e na dialética marcada por legislações e movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos levou à conclusão que o município de

Tanquinho ainda não possui determinações legais específicas sobre gestão escolar, mas espera-se que, a partir do cumprimento das metas do PME (2015-2015), descritas no desenvolvimento deste trabalho, sejam definidas orientações legais mais específicas, que assegurem a gestão escolar democrática nas escolas municipais, bem como que se garanta a participação da sociedade civil nas decisões sobre a educação no município.

Por fim, os resultados apresentados colocam a necessidade de novas pesquisas sobre participação da comunidade escolar nas decisões educacionais, assim como sobre a formação da sociedade civil para a participação nas esferas de organização e estruturação da gestão escolar, através da criação dos Conselhos Municipais e Associações.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. In: RBP AE, v. 23, n. 3, set./dez. 2007, p. 483-495.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2008.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: ____ **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás, Editora da PUC, 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, Maria M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental**. In: RBP AE, v. 24, n. 1, p. 127-133, Jan./Abr. 2008.

SILVA, Antonia Almeida; JACOMINI, Márcia Aparecida. **Pesquisa em políticas educacionais: características e tendências**. Feira de Santana, UEFS Editora, 2016, 227 p.

TANQUINHO. Prefeitura Municipal de Tanquinho. Lei nº 199. **Reestruturação do Estatuto do Magistério Público do Município de Tanquinho**. Lei nº 199, 1995.

TANQUINHO. Prefeitura Municipal de Tanquinho. Lei nº 219. **Conselho Municipal de Educação**. Lei nº 219, 1997.

TANQUINHO. Prefeitura Municipal de Tanquinho. Lei nº 220. **Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Tanquinho**. Lei nº 220, 1997.